

Jornalista Cristiane Brandão :: 23 de outubro de 2025

PORTUÁRIOS EXIGEM DIÁLOGO E PROTEÇÃO DE DIREITOS EM AUDIÊNCIA CRUCIAL SOBRE NOVO MARCO LEGAL

A Comissão Especial da Câmara dos Deputados encarregada de analisar o Projeto de Lei (PL) nº 733/2025, que visa estabelecer o novo marco regulatório do Sistema Portuário Brasileiro, promoveu audiência pública para debater a “mão de obra sob a perspectiva dos empregados”, na última quarta-feira (22).

Em sua fala, Sérgio Giannetto, presidente da Federação Nacional dos Portuários (FNP), reforçou a posição dos trabalhadores, exigindo que o texto final do projeto de lei preserve os direitos históricos da categoria e incorpore os consensos alcançados em recentes negociações com o setor patronal.

Giannetto e os presidentes da FNE e FENCCOVID demonstram a vigilância em relação aos pontos que tratam da gestão da mão de obra e da segurança jurídica no setor. O PL 733/2025, que pretende substituir a Lei 12.815/13, toca em temas sensíveis como a contratação de trabalhadores, as atribuições do Ogmo, representação dos portuários e resolução de conflitos.

O companheiro enfatizou que a modernização do setor, embora necessária, não pode ocorrer em detrimento dos direitos sociais e da estabilidade profissional dos portuários avulsos. O foco do debate reside na necessidade de conciliar a busca por maior eficiência e competitividade dos portos com a manutenção da dignidade e da proteção dos trabalhadores, que são a espinha dorsal da operação portuária.

A defesa da FNP alinha-se a um acordo prévio celebrado entre federações portuárias e o Ministério de Portos e Aeroportos, que buscou harmonizar as propostas relativas ao capítulo trabalho no PL.

Giannetto ressaltou a importância do acordo ser integralmente acatado pela Comissão Especial, garantindo



camara.leg.br | 0800 0 619 619

Mão de obra sob a perspectiva dos empregados

22/10/25 PL 0733/25 - Sistema Portuário Brasileiro



que o novo arcabouço legal seja fruto de um verdadeiro diálogo social, aprovado em assembleias pelos 148 sindicatos do país.

O colegiado, presidido pelo deputado Murilo Galdino (Republicanos-PB) e com relatoria do deputado Arthur Oliveira Maia (União-BR), tem o desafio de consolidar as emendas e sugestões em um parecer que ainda não tem data para ser votado.

É fundamental que todos estejam unidos nesse momento, sabendo que estamos com um Congresso que não vota a favor dos trabalhadores. Se não for o acordado, será o PL, que vai ser votado por esses parlamentares.